

## CADERNO DE ENCARGOS

### AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

#### Índice

PARTE I – Cláusulas Gerais.....	3
1ª. Objeto.....	3
2ª. Prazo do contrato.....	3
3ª. Obrigações principais do adjudicatário.....	3
4ª. Preço contratual .....	4
5ª. Revisão de preços .....	5
6ª. Condições de pagamento.....	5
7ª. Penalidades contratuais.....	6
8ª. Dever de sigilo .....	7
9ª. Proteção de dados pessoais .....	7
10ª. Força maior .....	8
11ª. Resolução por parte da entidade adjudicante .....	9
12ª. Resolução por parte do adjudicatário .....	9
13ª. Foro competente .....	10
14ª. Subcontratação e cessão da posição contratual .....	10
15ª. Comunicações e notificações .....	10
16ª. Local da prestação de serviços .....	10
17ª. Gestor do Contrato .....	10
18ª. Contagem dos prazos .....	10
19ª. Legislação aplicável.....	11
Parte II – Cláusulas Especiais.....	11
20ª. Especificações técnicas .....	11
21ª. Requisitos do Pessoal Afeto à Atividade.....	12
22ª. Caracterização dos serviços a executar durante o prazo da prestação de serviços .....	13
23ª. Descrição sumaria de funções a executar no âmbito da prestação de serviços .....	13
24ª. Perdidos e achados .....	14
25ª. Rondas.....	14
26ª. Tipos de Rondas .....	14
27ª. Tarefas por Rondas .....	15
28ª. Relatório de rondas.....	15
29ª. Esquemas e circuitos .....	15

30ª. Equipamento.....	16
31ª. Segurança e utilização de equipamentos .....	16
32ª. Entregáveis .....	16
33ª. Níveis de serviço .....	16
34ª. Relatórios de níveis de serviço .....	17
35ª. Avaliação da qualidade da prestação de serviços.....	17
36ª. Necessidades por unidade de saúde: .....	18
37ª. Alarmes:.....	18

## PARTE I – Cláusulas Gerais

### 1ª. Objeto

1. Procedimento n.º **CPI/07/23/DCP**.
2. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas jurídicas, bem como as especificações técnicas, a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **aquisição de serviços combinados de vigilância e segurança humana e monitorização de alarmes de vigilância para as Unidades de Saúde que constituem o Agrupamento de Centros de Saúde de Braga e Centro de Respostas Integradas de Braga.**

### 2ª. Prazo do contrato

1. O contrato resultante do presente procedimento tem duração de **24 meses**, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, salvo se se verificarem casos de força maior que impeçam a execução do contrato, podendo, neste caso, a entidade adjudicante prorrogar o prazo de validade do contrato.
2. Findo o prazo referido em 1, e caso não tenham sido atingidos os montantes previstos na cláusula 4.ª, o contrato extingue-se sem que assista ao prestador de serviços o direito a qualquer indemnização ou compensação.
3. O contrato cessa independentemente do termo do prazo fixado se, em momento prévio, for atingido o respetivo preço contratual máximo previsto.
4. De acordo com o disposto na alínea c) do número 1 do artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua atual redação, ficam isentos de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas os contratos celebrados com empresas de segurança.
5. O prazo indicado no número anterior, inicia-se:
  - a. Com contrato reduzido a escrito, prevendo-se o dia 1 do mês de outubro, como o início do contrato.
6. Podem constituir força maior, para efeitos do n.º 1, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias e embargos ou bloqueios internacionais.

### 3ª. Obrigações principais do adjudicatário

1. O adjudicatário obriga-se a executar o contrato a celebrar de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, know.how, diligência e zelo e recorrendo a todos os meios humanos, materiais e tecnológicos necessários e adequados para a execução dos mesmos, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
2. Para além das previstas no CCP, constituem obrigações do adjudicatário, sem prejuízo de outras previstas na legislação aplicável e nas peças do procedimento:
  - a. Manter atualizados os documentos de habilitação que estão obrigados a apresentar por força do artigo 81º do CCP;



- b. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, o facto que torne total ou parcialmente impossível o cumprimento do contrato objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;
  - c. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições de prestação dos serviços e demais esclarecimentos que se justifiquem, não apresentado propostas condicionadas ou que possam ter custos indiretos ou futuros relacionados com condições que se encontrem previstas no presente procedimento;
  - d. Comunicar à entidade adjudicante qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a execução do contrato, a sua situação jurídica ou a sua situação comercial;
  - e. Nomear um gestor responsável pelo acompanhamento da execução do contrato, e comunicar à entidade adjudicante a identidade do mesmo, bem como quaisquer alterações relativas à sua nomeação, sendo que ao gestor em causa cabe desempenhar o papel de interlocutor com a entidade adjudicante;
  - f. Disponibilizar à entidade adjudicante toda a informação relevante para a gestão do contrato a celebrar, designadamente qualquer relatório especialmente previsto no presente caderno de encargos;
  - g. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato a celebrar;
  - h. Não alterar as condições de prestação dos serviços fora dos casos previstos nas peças do procedimento.
3. O prestador de serviços obriga-se ainda a respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional e qualquer Convenção Coletiva de trabalho ou demais legislação aplicável ao setor.

---

#### **4ª. Preço contratual**

- 1. Pelo objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 2. O preço referido no número anterior, corresponde ao somatório dos preços unitários multiplicados pelas quantidades estimadas, e não pode, em qualquer caso, ser superior a **738.552,00€** no prazo máximo de vigência admitido (valores sem revisão de preços e sem IVA).
- 3. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a entidade adjudicante, incluindo, nomeadamente as



despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

4. O preço a que se refere o n.º 2 é dividido pelas diversas fases de execução do Contrato, nos seguintes termos:
  - a. A execução dos serviços prestados mensalmente.

---

#### **5ª. Revisão de preços**

1. O preço contratual correspondente ao custo mensal de mão-de-obra afeta ao contrato, comprovadamente indexada à retribuição mensal mínima garantida resultante de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho aplicável ao adjudicatário, poderá ser, no decurso da execução contratual, objeto de revisão em função do aumento percentual do valor da remuneração dos profissionais das categorias que integram o quadro de pessoal afeto ao contrato, e que venha a ser aprovado por instrumento de regulamentação coletiva de trabalho (IRCT), com efeitos na data de entrada em vigor do referido instrumento.
2. A revisão mencionada no número anterior opera mediante aplicação da referida valorização percentual ao valor do custo mensal de mão-de-obra indicado na proposta do adjudicatário e/ou suas eventuais revisões e sempre após aprovação expressa da Entidade Adjudicante, mediante solicitação escrita a realizar pelo adjudicatário à entidade adjudicante, por correio registado com aviso de receção, até 30 dias após a publicação do referido Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho, no Boletim do Trabalho e do Emprego, devidamente instruída com a Nota justificativa da revisão de preço proposta.
3. Para efeitos de aplicação do disposto nos números anteriores, e sob pena de não poder prevalecer-se de tal circunstância, o adjudicatário identificará sempre previamente o instrumento de regulamentação coletiva de trabalho que lhe é aplicável.

---

#### **6ª. Condições de pagamento**

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias, após a receção pela Divisão de Contabilidade, das respetivas faturas emitidas em cumprimento com:
  - a. o artigo 36.º do CIVA;
  - b. o artigo 9.º, n.º 1, da LCPA - Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e após o fornecimento de bens e serviços;
  - c. o Decreto-lei n.º 123/2018 e Decreto-lei n.º 14-A/2020, as quais devem ser remetidas de forma desmaterializada sob a tecnologia Eletronic Data Interchange (E.D.I.):
    - i. Parceiro de faturação: Portal Saphety invoice Network;
    - ii. Contactos: [sales@saphety.com](mailto:sales@saphety.com); [faturaeletronica@saphety.com](mailto:faturaeletronica@saphety.com) e [helpdesk@saphety.com](mailto:helpdesk@saphety.com).
  - d. qualquer esclarecimento adicional relacionado com faturas deve entrar em contacto com [servico.contabilidade@cm-braga.pt](mailto:servico.contabilidade@cm-braga.pt)

2. As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Braga, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar a **referência do procedimento** e o **respetivo número de compromisso/requisição externa de despesa**.
3. Para os efeitos dos números anteriores, a obrigação considera-se vencida com a execução dos serviços prestados mensalmente.
4. Em caso de atraso do contraente público no cumprimento do prazo de pagamento, são devidos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.
5. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes não podem ser propostos adiantamentos por conta de serviços a prestar, devendo refletir a fatura, os bens efetivamente fornecidos no período a que se refere, respeitando o artigo 292.º do CCP.
7. O atraso em um ou mais pagamentos não determinam em caso algum o vencimento das restantes obrigações de pagamento.
8. Mais se informa que "Os critérios de avaliação dos fornecedores foram publicados no site institucional do Município de Braga, poderá aceder aos mesmos a partir do seguinte local: <https://www.cm-braga.pt/pt/0502/municipio/camara-municipal/instrumentos-de-gestao?idh=1029>."

---

#### **7ª. Penalidades contratuais**

1. Em caso de incumprimento dos níveis de serviço para a prestação de serviços de vigilância e segurança, podem ser aplicadas sanções nos seguintes termos:
  - a. Pelo incumprimento de Horários cf. definido na alínea c) do nº 1 da cláusula 34ª é aplicada uma sanção fixa de €100,00 (cem euros) por ocorrência, à qual acresce uma sanção adicional, calculada da seguinte forma:

$$S = h * HH * 2$$

Sendo,

S = Sanção (em Euros)

h = Número de horas em fração ou fração em atraso

HH = valor hora/homem contratado em Euros

- b. Pelo incumprimento da obrigatoriedade da substituição de pessoal cf. alínea a) do nº 2. da Cláusula 34ª, é aplicada uma sanção fixa de €500,00 (quinhentos euros) por ocorrência;
  - c. Pelo incumprimento da obrigatoriedade de substituir qualquer elemento do seu pessoal, cf. da alínea a) do nº 2 da Cláusula 34ª, é aplicada uma sanção fixa de €200,00 (duzentos euros) por ocorrência, à qual acresce uma sanção adicional, calculada da seguinte forma:

$$S = h * HH * 2$$

Sendo,

S = Sanção (em Euros)



h = Número de horas em fração ou fração em atraso

HH = valor hora/homem contratado em Euros

2. Em caso de incumprimento da obrigação de apresentação dos relatórios mensais de níveis de serviço previstos na cláusula 35.<sup>a</sup> do presente procedimento, será aplicada pela entidade(s) adjudicante(s) destinatária do relatório uma sanção pecuniária de €50,00 (cinquenta euros) por cada dia de atraso.
3. Para efeitos do número 1 no caso da avaliação resultar em “Insuficiente”, será aplicada pela entidade(s) adjudicante(s) ao adjudicatário uma sanção de €100,00 (cem euros) por cada avaliação”.
4. O valor das sanções é descontado na fatura referente ao período em que se deu o facto que originou a sua aplicação.
5. As penalidades contratuais pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que as entidades adjudicantes exijam uma indemnização pelo dano excedente.

---

#### **8ª. Dever de sigilo**

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo, ou em relação, com a execução do contrato, nomeadamente administradores, diretores, outros trabalhadores, clientes, parceiros e fornecedores, salvo se previamente autorizado por escrito.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O adjudicatário deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

---

#### **9ª. Proteção de dados pessoais**

1. O Adjudicatário obriga-se, quer na sua qualidade de Responsável pelo Tratamento, quer na sua qualidade de Subcontratante, nos termos definidos nos n.ºs 7 e 8 do art.º 4º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, a cumprir e a fazer cumprir as normas legais e regulamentares aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, incluindo, entre outras, o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados) e a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, sendo exclusivamente responsável por



implementar todas as medidas e requisitos necessários ao seu cumprimento durante a execução do contrato.

2. Sempre que realize atividades de tratamento de dados em nome e por conta do Adjudicante, atuando na sua qualidade de Subcontratante, nos termos e para os efeitos do n.º 8 do art.º 4.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, o Adjudicatário obriga-se a cumprir e a fazer cumprir as cláusulas do Acordo de Tratamento de Dados constante do **Modelo MOD-PD.14\_01** em anexo a este caderno de encargos, e que fará parte integrante do clausulado do Contrato a celebrar, aplicando as instruções de tratamento de dados que lhe sejam comunicadas pelo adjudicante, na sua qualidade de Responsável pelo Tratamento, nos termos e para efeitos do n.º 7 do art.º 4º e do n.º 3 do art.º 28º ambos do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.
3. O responsável pelo tratamento dos dados ou o subcontratante, conforme os casos, fica isento de responsabilidade se provar que não é de modo algum responsável pelo evento que deu origem aos danos.

---

#### **10ª. Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
  - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
  - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
  - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

---

#### **11ª. Resolução por parte da entidade adjudicante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei e no contrato, nomeadamente os constantes na cláusula referente às penalidades contratuais, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O contrato pode ser resolvido pela entidade adjudicante em caso de incumprimento definitivo, grave ou reiterado, e culposos das obrigações assumidas no contrato pelo adjudicatário, nos termos gerais de direito, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais a que houver lugar.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, a entidade adjudicante comunicará por escrito a ocorrência da situação de incumprimento suscetível de gerar resolução contratual, concedendo à contraparte um prazo não inferior a 10 dias para que aquela reponha a situação de incumprimento, sem o que, o incumprimento se tornará definitivo e determinará a resolução contratual, nos demais termos gerais de direito.
4. O contrato pode também ser resolvido pela entidade adjudicante caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são desde já consideradas como situações de incumprimento grave e culposos por parte do adjudicatário:
  - a. Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do adjudicatário;
  - b. Prestação de falsas declarações;
  - c. Estado de falência ou insolvência;
  - d. Cessação da atividade;
  - e. Condenação, por sentença transitada em julgado, por infração que afete a idoneidade profissional do adjudicatário e desde que não tenha ocorrido reabilitação judicial.
5. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao adjudicatário.

---

#### **12ª. Resolução por parte do adjudicatário**

O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.



---

### **13ª. Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

---

### **14ª. Subcontratação e cessão da posição contratual**

1. A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP).
2. **O pessoal supervisor proposto pelo adjudicatário só pode ser substituído com o expresse e prévio consentimento da entidade adjudicante, após verificação de que essa substituição proporciona um nível de qualidade equivalente ao exigido no procedimento pré-contratual** (e que permitirá uma determinada avaliação da proposta ganhadora).
3. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o cocontratante cederá, nos termos do disposto no artigo 318.º-A do CCP, a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do presente procedimento, pela ordem sequencial de classificação dos concorrentes.

---

### **15ª. Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

---

### **16ª. Local da prestação de serviços**

1. As instalações onde serão prestados os serviços de vigilância objeto do contrato a celebrar constam no **Anexo III.2 do programa de concurso**, sem prejuízo de eventuais encerramentos e aberturas de novas instalações que possam vir a ocorrer durante a execução do contrato a celebrar.
2. No caso de abertura de novas instalações pela entidade adjudicante, bem como encerramento das já existentes e constantes do **Anexo III.2 do programa de concurso**, o prestador de serviços fica vinculado aos preços contratualizados na decorrência do presente procedimento.

---

### **17ª. Gestor do Contrato**

Nos termos e para os efeitos da alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º e do artigo 290.º-A do CCP, é designado como gestor do contrato: Rosa Canário.

---

### **18ª. Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, nos termos do disposto no artigo 471.º do CCP, na sua atual redação.



---

## **19ª. Legislação aplicável**

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação aplicável.

---

## **Parte II – Cláusulas Especiais**

---

### **20ª. Especificações técnicas**

1. Sem prejuízo de outros requisitos e especificações técnicas a definir pela entidade adjudicante, o adjudicatário obriga-se a cumprir, nomeadamente, os seguintes requisitos mínimos:
  - a. Serviços de vigilância e segurança humana:
    - i. Realizar o controlo de acessos às instalações no que se refere a pessoas, viaturas e mercadorias, bem como controlar o acesso e/ou permanência de pessoas não autorizadas a áreas restritas ou reservadas;
    - ii. Proceder ao registo de todas as pessoas e viaturas que tenham acesso às instalações conforme os procedimentos em vigor e/ou aprovados pelas entidades adjudicantes;
    - iii. Intervir em situações de emergência, incluindo aquelas em que possa ser requerida a evacuação total ou parcial dos ocupantes das instalações;
    - iv. Atender o telefone e prestar as informações que lhe forem conferidas;
    - v. Monitorizar os sistemas de controlo e segurança das instalações, designadamente a deteção de intrusão, deteção de incêndios, controlo de acessos, CCTV, entre outros;
    - vi. Proceder ao registo e controlo das chaves, nos termos definidos pelas entidades adjudicantes.
    - vii. Vigiar as instalações de forma a prevenir a ocorrência de conflitos ou outros incidentes capazes de impedirem o normal funcionamento das instalações;
    - viii. Cumprir e fazer cumprir os regulamentos e outros normativos das instalações;
    - ix. Desencadear as ações preliminares de correção de anomalias, de acordo com as instruções em vigor em cada instalação, nomeadamente de prevenção de furtos, incêndios, inundações, explosões, solicitando a intervenção dos meios de apoio adequados;
    - x. Proceder aos cortes de energia elétrica e gás, conforme as instruções em vigor e/ou plano de emergência;
    - xi. Inspeccionar regularmente o estado dos equipamentos de primeira intervenção em caso de incêndio (em especial extintores, carretéis e bocas de serviço);
    - xii. Informar, por escrito, o responsável das instalações, de quaisquer situações anómalas que ocorram durante o período de serviço;
    - xiii. Realizar as rondas de serviço no interior da instalação;
    - xiv. Realizar a abertura e o encerramento das instalações;
    - xv. Realizar as normas técnicas de serviço para o seu pessoal, submetendo-as previamente à aprovação das entidades adjudicantes;

- xvi. Nas instalações onde seja contratado mais do que um posto de vigilância em simultâneo, o adjudicatário deve equipar todo o seu pessoal com emissores-recetores rádio, se aplicável;
- xvii. Disponibilizar, a pedido das entidades adjudicantes, vigilantes para a prestação de serviços extra, a satisfazer no prazo máximo de 60 (sessenta) minutos nos casos de colocação no local de 1 (um) ou 2 (dois) vigilantes adicionais.
- xviii. Elaboração do relatório diário e mensais de todas ocorrências.
- xix. Gestão dos chaveiros das instalações nos termos fixados para o efeito.
- xx. Verificação e listagem dos equipamentos obrigatoriamente ligados / desligados;
- xxi. Verificação de todas as janelas, portas, portões, nomeadamente as que dão acesso pelo exterior do edifício;
- xxii. Obrigação de monitorização com competência, cuidado e precisão dos equipamentos de vigilância eletrónica instalados ou a instalar;
- xxiii. Cumprir com as normas de funcionamento em vigor na Administração Regional de Saúde do Norte.

---

#### **21ª. Requisitos do Pessoal Afeto à Atividade**

O adjudicatário deve cumprir com os seguintes requisitos relativos ao pessoal afeto à prestação de serviços:

- a. Em data anterior ao início da prestação do serviço deve entregar o mapa de pessoal a afetar aos Serviços de Vigilância e Segurança Humana, com indicação expressa das respetivas categorias e competências.
- b. Garantir que o mapa de pessoal não é alterado sem prévio acordo da entidade adjudicante, podendo esta solicitar quaisquer esclarecimentos quanto ao pessoal de substituição se for o caso;
- c. Assegurar as competências e mão-de-obra necessárias para a execução de todas as atividades associadas ao serviço.
- d. Os recursos a afetar à prestação de serviços deverão de ter a escolaridade mínima do 12º ano ou em alternativa apresentar experiência mínima de 3 anos em funções de vigilância e segurança em entidade de saúde.
- e. A percentagem de recursos que a entidade adjudicatária identificar em sede de proposta como tendo formação de suporte básico de vida deverá ser alocada à prestação dos serviços a contratar.
- f. Deverá a entidade adjudicante ser responsável por, na execução do contrato verificar a escolaridade/experiência mínimas dos vigilantes atribuídos pelo adjudicatário para a prestação do serviço, assim como, o nº total de vigilantes com a formação de suporte básico de vida.
- g. Para efeitos da alínea anterior deve a entidade adjudicante solicitar documentação que ateste a formação de suporte básico de vida ateste a escolaridade mínima exigida ou a experiência mínima exigida.



- h. No cumprimento da sua função, os Vigilantes têm de se apresentar devidamente uniformizados e identificados através de cartão Profissional.

---

**22ª. Caracterização dos serviços a executar durante o prazo da prestação de serviços**

1. O pessoal de vigilância e segurança, em serviço deve usar uniforme e ostentar ao nível da lapela da peça superior da farda o seu cartão de profissional de segurança, devidamente autenticado e dentro do prazo de validade, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 29º da Lei n.º 34/2013, de 16 de maio.
2. Os vigilantes/seguranças devem apresentar-se devidamente limpos, barbeados e sem adereços pessoais;
3. O vigilante ou segurança deve manter-se em permanência no seu posto de trabalho, fazendo-se substituir previamente em caso de ausência forçada;
4. Na sucessão de turno o vigilante ou segurança só abandonara o seu posto de trabalho após a apresentação do seu sucessor;
5. A inobservância de qualquer dos requisitos atrás enumerados corresponderá a ausência injustificada do vigilante do correspondente posto de trabalho.
6. O adjudicatário devesa indicar o sector ou responsáveis permanentes da firma, contactáveis pelos responsáveis de segurança, a qualquer hora do dia ou da noite, quando haja necessidade, eventualmente em caso de grave ocorrência ou em situações de emergência.
7. O adjudicatário manterá, por si e seus mandatários ou colaboradores, o sigilo devido quanto a factos relacionados com a atividade da entidade adjudicante, de que venha a ter conhecimento, diretamente ou através daqueles, no cumprimento da sua prestação.

---

**23ª. Descrição sumaria de funções a executar no âmbito da prestação de serviços**

1. A Vigilância e Segurança a efetuar rege-se pela Lei n.º 34/2013, de 16 de maio e tem como finalidade assegurar a integridade de pessoas e bens no respeito pela legalidade e sem substituir as tarefas que competem as autoridades públicas.
2. Compete aos vigilantes/seguranças, quando em serviço o seguinte:
  - a. Velar pela segurança e integridade das instalações a que estão afetos e dos restantes bens (mobiliário e equipamentos) que se encontrem no interior das referidas instalações, ou no logradouro e parque de estacionamento privativo do edifício;
  - b. Controlar as entradas e saídas de pessoas (visitantes, fornecedores ou outros) e fazer o seu encaminhamento, após ausência dos funcionários ou dos responsáveis pelos serviços procurados;
  - c. Controlar a entrada e saída de equipamentos e de outros bens, pela forma que vier a ser determinada pela entidade adjudicante;
  - d. Impedir a intrusão de meliantes ou marginais nas instalações objeto de vigilância, utilizando e socorrendo-se do sistema de intrusão instalado no edifício;



- e. Tomar as providências adequadas em situações de emergência (incêndio, inundação, vandalismo, assalto, derrocada, acidente ou outra ocorrência grave), acionando os alarmes, extintores ou outros equipamentos chamando os bombeiros ou as demais forças de segurança pública;
- f. Vigiar e controlar a entrada, saída e circulação de pessoas dentro das instalações através do sistema de vídeo existente;
- g. Efetuar o atendimento telefónico no horário pós-laboral, em vigor;
- h. Executar as demais tarefas decorrentes da sua qualidade de responsáveis pela segurança privada das instalações, designadamente as que lhes sejam determinadas pelo responsável de segurança das instalações;

---

#### **24ª. Perdidos e achados**

- 1. Todos os objetos perdidos nas instalações, que venham a ser encontrados pelos vigilantes, deverão ser, obrigatoriamente, entregues ao responsável de segurança das instalações e mencionados em relatório de ocorrência do qual constarão, nomeadamente, os seguintes elementos:
  - i. Descrição do objeto;
  - ii. Hora, local e circunstâncias em que foi encontrado;
  - iii. Identificação de quem achou.
- 2. No caso de objetos perdidos que venham a ser entregues aos vigilantes, deverá ser seguido procedimento idêntico e ainda passado recibo comprovativo à pessoa que entregou o objeto.

---

#### **25ª. Rondas**

Entende-se por ronda toda a ação de vigilância preventiva executada periodicamente pelos vigilantes, segundo percursos previamente estabelecidos, com o objetivo de detetar eventuais anomalias suscetíveis de causar danos as instalações, equipamentos, bens e pessoas, bem como evitar eventuais atos de intrusão ou sabotagem.

---

#### **26ª. Tipos de Rondas**

- 1. As rondas podem ser de dois tipos:
  - a. Simples – em que o vigilante terá que vistoriar, genericamente, as instalações segundo um percurso aleatório, sem ter de as percorrer na sua totalidade, devendo inspecionar meticulosamente locais críticos previamente determinados;
  - b. Detalhada – em que o vigilante terá, obrigatoriamente, de percorrer todas as instalações, efetuando uma verificação minuciosa nos vários locais seguindo um percurso previamente estabelecido.
- 2. Independentemente do tipo de ronda o vigilante terá obrigatoriamente, que proceder a picagem de todas as chaves de ronda incluídas no respetivo percurso.

---

### **27ª. Tarefas por Rondas**

1. O vigilante, ao efetuar uma ronda, deverá ter em atenção às seguintes regras:
  - a. Cumprir integralmente com o plano estabelecido para a ronda;
  - b. Comprovar a sua presença em pontos de controlo, previamente determinados, das instalações, mediante a picagem das chaves de ronda ou por acionamento de outros mecanismos eventualmente existentes para esse efeito;
  - c. Providenciar para que seja rapidamente corrigida toda e qualquer anomalia detetada;
  - d. Identificar as pessoas que se encontrem no edifício, desde que verifique não existir justificação para a sua presença, assinalando esta ocorrência no relatório de ronda, do qual devem constar os seguintes elementos:
    - i. Nome;
    - ii. Hora;
    - iii. Local;
    - iv. Justificação.
  - e. Verificar o estado de portas e janelas, fechando todas as que não se justifique que fiquem abertas, nomeadamente as portas corta-fogo, assinalando esta ocorrência no relatório;
  - f. Verificar se as torneiras e válvulas das instalações de gás se encontram fechadas, assinalando esta ocorrência no relatório;
  - g. Controlar a instalação de iluminação, desligando todas as luzes desnecessárias, assinalando esta ocorrência no relatório;
  - h. Inspeccionar todos os aparelhos elétricos (climatiza ao ambiente, ventilação, máquinas de fotocópias, etc.), desligando todos aqueles que não se justifique estarem ligados, assinalando esta ocorrência no relatório.

---

### **28ª. Relatório de rondas**

Os vigilantes terão, obrigatoriamente, que elaborar relatórios das respetivas rondas, os quais serão entregues, diariamente, ao responsável de segurança e considerados confidenciais.

---

### **29ª. Esquemas e circuitos**

A definição dos circuitos das rondas deverá ser feita de acordo com as seguintes regras:

- a. Cada ronda deverá ter início e fim no mesmo ponto;
- b. O percurso devera ser feito, se possível, sem passar duas vezes pelo mesmo ponto;
- c. Na execução das rondas não deverão ser utilizados os elevadores;
- d. Nas rondas detalhadas o vigilante deverá percorrer todas as instalações, inspecionando-as minuciosamente, devendo ser enviado semanalmente a listagem da picagem diária de todas as chaves ao funcionário responsável pela segurança;
- e. Na execução das rondas simples o vigilante terá, obrigatoriamente, que inspecionar todos os locais onde existem vias de intrusão, as instalações sanitárias e aquelas em que haja máquinas e equipamentos em funcionamento permanente;



- f. As caixas de chaves de controlo deverão ser instaladas, preferencialmente, nos corredores, junto de portas exteriores e nos locais de inspeção obrigatória (instalações sanitárias, compartimentos técnicos, etc.);
- g. A definição dos percursos das rondas, o seu tipo, horários e tarefas a executar pelos vigilantes em cada uma delas, deverá ser feita pelo responsável de segurança das instalações.

---

### **30ª. Equipamento**

- 1. A instalação, manutenção e fornecimentos dos equipamentos adequados e necessários à prestação dos serviços de vigilância e segurança são da inteira responsabilidade do prestador de serviços.
- 2. São da inteira responsabilidade do prestador de serviços os encargos e responsabilidades decorrentes do desenvolvimento da prestação de serviço e a utilização dos equipamentos a que respeitem quaisquer normas de segurança, designadamente em relação às pessoas, patentes, licenças, marcas e outros direitos de propriedade.

---

### **31ª. Segurança e utilização de equipamentos**

Serão inteiramente da responsabilidade do adjudicatário os encargos e as responsabilidades decorrentes do desenvolvimento da prestação do serviço e a utilização de materiais ou produtos a que respeitem quaisquer normas de segurança, nomeadamente das pessoas, as normas de patentes, licenças, marcas e outros direitos de propriedade.

---

### **32ª. Entregáveis**

O acompanhamento da prestação de serviços será efetuado através dos seguintes entregáveis:

- a. Relatórios diários de ocorrências, contendo toda a informação relevante inerente ao serviço;
- b. Relatórios diários de entradas e saídas de todas as pessoas e viaturas que tenham acesso às instalações;
- c. Relatórios diários com o registo de passagem das rondas permanentes;
- d. Devem ainda ser considerados, relatórios diários de levantamento de chaves e controlo de temperaturas em locais específicos (ex. data center, salas de ups, entre outras).

---

### **33ª. Níveis de serviço**

- 1. Sem prejuízo de outros níveis a definir pela entidade adjudicante, o adjudicatário obriga-se a cumprir os seguintes níveis de serviço para os Serviços de vigilância e segurança humana:
  - a. A alocação de pessoal pelo adjudicatário à prestação do serviço carece de aprovação prévia da entidade adjudicante, designadamente do gestor do contrato.
  - b. Para efeitos do nº anterior, o adjudicatário deverá apresentar o número de recursos afetos à prestação do serviço bem como documentação que ateste a escolaridade/formação exigida ou a experiência mínima exigida.
  - c. Cumprimento de horários: colocação de pessoal afeto ao serviço em conformidade com os horários contratados;



2. Sem prejuízo de outros níveis a definir pela entidade adjudicante, o adjudicatário obriga-se a cumprir os seguintes níveis de serviço para substituição de pessoal:
- Não substituir pessoal sem aprovação prévia das entidade adjudicante designadamente o gestor de contrato, salvo em casos de emergência;
  - Substituir qualquer elemento do seu pessoal, a pedido da entidade adjudicante, no período máximo de 60 (sessenta) minutos após a comunicação;
  - Cumprimento da periodicidade da frequência das visitas de inspeção às instalações da entidade adjudicante para supervisão da prestação de serviços, a qual nunca poderá ser inferior a uma visita por cada período de 30 (trinta) dias.

---

#### **34ª. Relatórios de níveis de serviço**

- O adjudicatário deve emitir relatórios mensais à entidade adjudicante sobre os níveis de serviço, devendo os mesmos ser submetidos para o endereço que vier a ser indicado pelas entidades adjudicantes, até ao dia vinte do mês subsequente em formato eletrónico a definir em conjunto com o adjudicatário.
- O não envio dos relatórios referidos no número anterior ou a existência de erros nos mesmos que não permitam a monitorização da prestação de serviços, suspende o pagamento das faturas em dívida até à regularização da situação em causa.
- Para efeitos do disposto no número anterior, as entidades adjudicantes deverão notificar previamente o adjudicatário para, num prazo não superior a 5 (cinco) dias, emitir o relatório em falta ou corrigir a informação em falta no relatório enviado.
- Os relatórios de níveis de serviço devem conter, os seguintes elementos:
  - Identificação da entidade adjudicante;
  - Número de contrato;
  - Duração prevista do contrato;
  - Datas de início e de fim de contrato;
  - Informação sobre os resultados de auditorias à prestação de serviços e respetiva justificação;
  - Informação sobre incumprimentos relativos à prestação dos serviços, meios utilizados e respetiva justificação;
  - Informação sobre incumprimentos relativos ao número de horas/recursos contratados e efetivamente prestados e respetiva justificação;
  - Tipo e quantidade de serviços prestados sem a qualidade requerida;
  - Sanções aplicadas e respetiva justificação.

---

#### **35ª. Avaliação da qualidade da prestação de serviços**

- A apreciação da qualidade da prestação de serviços deve ser realizada pela entidade adjudicante recorrendo a avaliações onde o avaliador definirá a conformidade com os níveis de serviço definidos no presente contrato, nos termos seguintes:
  - Para o serviço de vigilância e segurança humana:

- i. Devem ser realizadas no mínimo 2 (duas) avaliações anuais a cada local de prestação de serviços;
- ii. A avaliação da qualidade dos aspetos da prestação de serviços constantes do Anexo I do presente contrato é efetuada através da sua apreciação individual, sendo atribuído para o efeito um de três níveis, bom, suficiente e insuficiente;
- iii. No caso de resultar da cada avaliação a classificação de "Insuficiente", são aplicadas sanções.

### 36ª. Necessidades por unidade de saúde:

Instalação	Postos	Frequência	Horário da Prestação	
			Início	Fim
USF Salutis+USF S. João+ USF Sanus Carandá + USF Minho	1	TDU = Todos os Dias Úteis	08:00	21:00
USF Bracara Augusta	1	TDU = Todos os Dias Úteis	08:00	21:00
USF + Carandá	1	TDU = Todos os Dias Úteis	08:00	21:00
USF Gualtar	1	TDU = Todos os Dias Úteis	08:00	21:00
USF M Rocha Peixoto+ USF Maxisaúde + Orgão de Administração	1	TDU = Todos os Dias Úteis	08:00	21:00
SAP	1	Sábado e Domingo	09:00	20:00
SAP	1	TDF = Todos os Feriados	09:00	20:00
UAF Braga Norte+ USF Sete Fontes + UCC Braga Saudável	1	TDU = Todos os Dias Úteis	08:00	21:00
UCSP S. Geraldo	1	TDU = Todos os Dias Úteis	08:00	21:00
USF Saúde Oeste	1	TDU = Todos os Dias Úteis	08:00	21:00
USF Lourenço	1	TDU = Todos os Dias Úteis	08:00	21:00
USF Ruaes	1	TDU = Todos os Dias Úteis	08:00	21:00
CRI de Braga - ET Braga	1	TDU = Todos os Dias Úteis	8:30	13:30
CRI de Braga - ET Braga	1	TDU = Todos os Dias Úteis	14:30	18:30

### 37ª. Alarmes:

Morada das Instalações	Nº Ligações à Central	Equipamento	Tipo de Transmissão Adjudicada
UCSP Caranda+USF S. João+ USF Sanus Carandá + USF Minho	1	Alarme de intrusão / incêndio	GPRS/GSM/Linha Telefónica
USF Bracara Augusta	1	Alarme de intrusão / incêndio	GPRS/GSM/Linha Telefónica
USF + Carandá	1	Alarme de intrusão / incêndio	GPRS/GSM/Linha Telefónica
USF Gualtar	1	Alarme de intrusão / incêndio	GPRS/GSM/Linha Telefónica
USF M Rocha Peixoto+ USF Maxisaúde + Orgão de Administração	1	Alarme de intrusão / incêndio	GPRS/GSM/Linha Telefónica



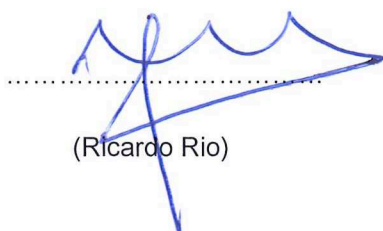
USF M Rocha Peixoto+ USF Maxisaúde + Orgão de Administração	1	Alarme de intrusão / incêndio	GPRS/GSM/Linha Telefónica
USF M Rocha Peixoto+ USF Maxisaúde + Orgão de Administração	1	Alarme de intrusão / incêndio	GPRS/GSM/Linha Telefónica
Serviço Atendimento Prolongado	1	Alarme de intrusão / incêndio	GPRS/GSM/Linha Telefónica
UAF Braga Norte+ USF Sete Fontes + UCC Braga Saudável	1	Alarme de intrusão / incêndio	GPRS/GSM/Linha Telefónica
USF S.Lourenço	1	Alarme de intrusão / incêndio	GPRS/GSM/Linha Telefónica
USF Ruães	1	Alarme de intrusão / incêndio	GPRS/GSM/Linha Telefónica
USF Tadim	1	Alarme de intrusão / incêndio	GPRS/GSM/Linha Telefónica
UCSP Tebosa	1	Alarme de intrusão / incêndio	GPRS/GSM/Linha Telefónica
UCSP ADAÚFE	1	Alarme de intrusão / incêndio	GPRS/GSM/Linha Telefónica
CDP	1	Alarme de intrusão / incêndio	GPRS/GSM/Linha Telefónica
USP	1	Alarme de intrusão / incêndio	GPRS/GSM/Linha Telefónica
CRI Braga - ET Braga	1	Alarme de intrusão / incêndio	GPRS/GSM/Linha Telefónica

**Despacho:**

Aprovo o presente caderno de encargos.

Braga, 23 / 07 / 26

O Presidente da Câmara,



(Ricardo Rio)